



A Participação Popular na Democracia Brasileira por meio da Internet¹

Ana Paula GUEDES²

Karoline MARQUES³

Mayara DESTRO⁴

Universidade de Brasília, Brasília, DF

RESUMO

A internet permite que os espaços de interação e diálogo se estendem à rede e façam dela parte do discurso político. A Câmara dos Deputados vem abrindo canais de comunicação com a população a fim de ouvir as demandas dos cidadãos e avançar na construção democrática desse país.

PALAVRAS-CHAVE

Participação popular, internet, democracia, ciberdemocracia

TEXTO DO TRABALHO

Constituindo o poder Legislativo, a Câmara dos Deputados vem abrindo os seus canais de comunicação para ouvir a população e atender às suas demandas. Recentemente, a estrutura organizacional da Secretaria de Comunicação foi reformulada e, a partir dessa, foi instituída a Coordenação de Participação Popular, que criou alguns mecanismos que permitem aos cidadãos participarem mais ativamente da vida política brasileira por meio da internet.

Levando em consideração essa abertura para o debate público que vem ocorrendo com o surgimento da ciberdemocracia, objetivamos analisar como se dá a inserção do cidadão nesse espaço online e como ele aproveita os mecanismos disponíveis para participar da construção política brasileira. Para isso, analisaremos três canais de comunicação do cidadão com a Câmara dos Deputados presentes na

Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

² Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Comunicação Organizacional da FAC-UnB, email: ana.plguedes@gmail.com

³ Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Comunicação Organizacional da FAC-UnB, email: karolinemarrispe@gmail.com

⁴ Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Comunicação Organizacional da FAC-UnB, email: mayara_destro@hotmail.com



internet: enquetes online disponibilizadas no site da Câmara, site e-Democracia e *Facebook* oficial da Câmara dos Deputados.

Há alguns anos, a democracia era dominada pela comunicação de massa, que muitas vezes manipulava, em vez de esclarecer. A política, não só naquela época, mas ainda hoje, é transformada em espetáculo da mídia e em batalha de imagens por aqueles que podem pagar pela exposição. E, nesse sentido, a grande maioria da população é levada a acreditar e apoiar quem e o quê os grandes veículos de massa apoiam. Porém, nos últimos anos, com a evolução da tecnologia e o espaço de participação cada vez maior possibilitado pela internet, a história começa a mudar. Estamos diante da ciberdemocracia.

A ciberdemocracia pode ser definida como a relação entre o cidadão e o governo por meio de canais eletrônicos. Como ressalta Pièrre Levy:

A espantosa disponibilidade das informações, de toda a espécie, respeitantes à vida política, assim como o frequentar de fóruns de discussão civilizados e bem organizados, tornam o debate político cada vez mais ‘transparente’ e preparam uma nova era do diálogo político que conduz a democracia a um estágio superior: a ciberdemocracia (LEVY, 2003, p. 123-124).

Dessa forma, a ciberdemocracia consiste em mecanismos de discussão na rede, que visam o diálogo entre o cidadão e o Estado. Esses mecanismos de discussão tornam a participação popular mais realística e, de certo modo, mais viável, por conta das facilidades que a internet oferece para uma comunicação de mão dupla. Além disso, outra característica da ciberdemocracia é a ausência de limites espaciais. Sendo assim, o debate público pode ser pensado em escala global, não apenas local. Como David Harvey (2008) enfatiza, “o espectro de propostas e de espacialidades” permite aos segmentos sociais definirem e assegurarem seus objetivos morais em ambientes tangíveis de matérias primas, partindo de uma disposição imaginativa, utópica, dentro de formas restritivas de governança.

Harvey caracteriza a utopia como uma ilha artificialmente criada que funciona como uma economia isolada, coerentemente organizada e imaginada com possibilidade de mudança social. Partindo desse pressuposto, a iniciativa de dialogar com o Estado vem do imaginativo de transformação social a partir de uma visão de mundo, tanto social quanto histórica. A utopia como processo social precisa “destruir-se a si mesma para se realizar”, ou seja, com as transformações constantes do dia-a-dia, ela precisa se reinventar para continuar a ser objeto de esperança. Ainda nessa perspectiva, Harvey fundamenta que a materialização da utopia acontece na negociação da espacialidade,



fundada em ambientes físicos artificiais, nesse caso, a internet, que permite ao cidadão exteriorizar seus anseios e opiniões quanto a determinadas políticas públicas em discussão e aos termos dispostos atualmente.

Gerenciar as questões relacionadas ao Estado e a população há muito é preocupação de teóricos e pensadores políticos. A arte de governar tem várias metodologias e seus contrapostos. Michel Foucault em *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos* (1977), destaca no texto *Governamentalidade* o confronto das ideias de Guillaume de La Perrière e Maquiavel. Ambos discorrem sobre a possibilidade de construção de governo e das particularidades do governante. Enquanto Maquiavel defende a exterioridade e a transcendentalidade do principado, La Perrière aponta a prática do governo múltiplo, ou seja, conduzir diferentes coisas a um fim conveniente. Maquiavel propõe, em meio ao auge do absolutismo, que o governo seria exercido sobre o território e sobre as pessoas que nele habitam. Aproximando esse discurso à realidade brasileira, La Perrière garante que o governo deve ser das coisas: os homens e as suas relações com as coisas, uma pluralidade de objetivos específicos.

Centrado nessa pluralidade, o portal e-Democracia, ligado ao site da Câmara dos Deputados, possui diversas comunidades temáticas ativas que possibilitam ao indivíduo dialogar dentro de uma especificidade. O portal propõe um tema relacionado a propostas de lei já existentes e abre espaço para discussão em fóruns. Quando encerrada a discussão, no caso das comunidades, o relator da comissão especial harmoniza as sugestões dadas pelos participantes do debate ao texto do projeto. As próximas etapas relacionam-se ao relatório do projeto de lei até o processo de votação dele. As comunidades já encerradas mostram os resultados das discussões e as matérias jornalísticas relacionadas. Além disso, são disponibilizadas estatísticas que demonstram quantitativamente essa participação. Dentro do fórum, o cidadão expõe a sua opinião e pode fazer críticas aos gestores com relação a temas que não constam no site ou a informações que estão em falta. 43%¹ dos participantes acham bom o site, que é uma versão beta.

Nesse contexto, é interessante refletir como o debate público livre de limites espaciais pode tornar-se interessante para o processo decisório relacionado ao futuro do país. De acordo com o portal, há cidadãos de todos os estados participando do e-Democracia e propondo ideias, com maior incidência em São Paulo

¹ Dados fornecidos pelo portal e-Democracia.



(5.000 participantes), Distrito Federal (2500 participantes) e Rio de Janeiro (2.400 participantes). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), a população brasileira atual é de, aproximadamente, 199 milhões de pessoas. Dessa forma, infere-se que a comunidade online de cidadãos interferindo no processo democrático ainda é pequena, porém, não deixa de ser relevante. Segundo Eric Hobsbawm em seu livro *Globalização, Democracia e Terrorismo*,

“Houve um declínio acentuado dos movimentos ou mecanismos políticos que mobilizam os pobres coletivamente e que davam algum significado real à palavra ‘democracia’. Em consequência, houve um declínio na vontade dos cidadãos em participar da política. (HOBBSAWM, 2011, p. 107).

Estudando esse cenário, Hobsbawm questiona sobre os governos serem do povo e para o povo, mas não pelo povo. Porém, as iniciativas da Câmara mostram que há canais de comunicação entre o cenário político e a população, restando a esta a atitude de relacionar-se àquele e fazer parte das decisões políticas no país.

Infelizmente, a inclusão digital ainda não é realidade no Brasil. De acordo com o Mapa da Inclusão Digital (NERI, 2012), fruto da parceria entre o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Telefônica, 33% dos brasileiros tem acesso à rede em suas próprias casas. Para se ter uma sociedade participativa e interligada, há que se ter as condições para tal, inclusive uma educação inclusiva. Enquanto isso, a ciberdemocracia será composta por um mínimo de cidadãos. De acordo com Douglas Kellner,

Os computadores farão parte dos objetos usuais de todas as casas do futuro, mais ou menos como a televisão hoje. Portanto, devem-se envidar esforços para que todos aqueles que não possuem o seu próprio computador venham a obtê-lo e assim participem da nova cultura e sociedade a que terão acesso, em vez de restringir o uso da nova tecnologia a grupos privilegiados que sejam capazes de adquiri-la (KELLNER, 2001, p.428).

O quadro proposto por Kellner já está acontecendo, situação que enfatiza ainda mais a importância de uma educação inclusiva. Muitos dos que já têm acesso às novas tecnologias, ainda não sabem aproveitar a oportunidade de participarem ativamente do futuro do país. É preciso conhecer a mídia para que se possa atuar ativamente para a ampliação da democracia.



O *Facebook* oficial da Câmara dos Deputados possui 6.179² curtidas, porém, o número de pessoas que interage com suas publicações é mínimo. A média de interações por comentários é de duas a cinco pessoas. E, na maioria das vezes, têm-se comentários relacionados a situações pessoais nada condizentes com as publicações nas quais os comentários aparecem. A periodicidade das postagens é alta, visto que a página é atualizada quase todos os dias e, geralmente, tem-se mais de uma publicação diária. A média de curtidas nas publicações é de oito pessoas e os conteúdos variam de convites a videochats, deliberações e notícias do jornal da Câmara.

As enquetes disponibilizadas no site da Câmara dos Deputados oferecem uma margem da opinião dos cidadãos que interagem com os temas propostos. Dependendo do tema, há uma grande participação, chegando ao número de, aproximadamente, 77 mil votos³ em enquetes ainda abertas. Geralmente, o grande número de votos refere-se a temas polêmicos, como a revogação do estatuto do desarmamento, a descriminalização das drogas e uso de castigos físicos na educação. Outro fato interessante é que, nem sempre, o grande número de votos condizem com os temas veiculados pela mídia. A lei da biografias, por exemplo, amplamente divulgada pela mídia nos últimos dias, possui apenas 397 votos. A enquete já encerrada que mobilizou maior participação no site foi sobre investigações criminais pelo Ministério Público, com a totalidade de 230.386 votos e que resultou na rejeição da PEC 37 pelo plenário da Câmara em junho deste ano.

O relatório de Participação Popular, distribuído internamente para os deputados da Câmara, apresenta semestralmente as tendências favoráveis e contras sobre proposições que estão em tramitação na Câmara. Elas são identificadas por meio da Central 0800 e do Fale Conosco, e-mail do Portal da Câmara. As 15 propostas com maior manifestação popular são inseridas no relatório e analisadas com maior profundidade. Nesse primeiro semestre de 2013 foram atendidas 72.912 demandas por meio dos canais citados acima. O perfil⁴ dos cidadãos atendidos são em grande parte homens (64%), aposentados (16,1%) com grau de instrução de médio a superior (39 e 40% respectivamente) e que moram em São Paulo (23,44%). O estado que apresenta menor participação é o Amapá, com 0,13% de atendimentos por Unidade da Federação. Para exemplificar esses dados, a proposta de lei que propõe a extinção da assinatura

2 No momento da pesquisa.

3 Dados fornecidos pelo site da Câmara dos Deputados.

4 Dados fornecidos pelo Relatório de Participação Popular (janeiro a junho de 2013).



manifestações no período citado e já está a nove anos ocupando a primeira posição no relatório. Essa peculiaridade tem sido citada nos relatórios: é uma demanda popular, mas parece não estar sendo alvo da atenção dos parlamentares.

Percebe-se que os temas tratados nesses três objetos de estudo não são os mesmos. Nenhum se repete. Além disso, o perfil dos usuários de cada plataforma é distinto. As demandas do relatório de participação popular, em sua maioria, são proposições de classes sobre salário, questões de aposentadoria e algumas sobre regulação de mercado. As comunidades do e- Democracia se relacionam com temas ligados a internet e ao incentivo à participação do cidadão. Já as enquetes do site têm um sentido mais amplo e amparam algumas ofertadas pela agenda da mídia. A falta de participação pode estar relacionada ao desconhecimento das plataformas e da exclusão digital. Deve ser fomentada a mobilização do cidadão quanto aos seus espaços de contribuição e investidos recursos na modernização desses, além de servidores que gerenciem as informações e façam delas importantes mecanismos de participação dos cidadãos. A cultura dos parlamentares também precisa receber atenção para fazer das informações colhidas nesses ambientes virtuais, objeto de suas avaliações e de suas proposições legislativas.

Referências bibliográficas

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Enquetes. 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/agencia-app/listaEnquete>> Acesso em: 19 de novembro de 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Portal e-Democracia. 2013. Disponível em: <<http://edemocracia.camara.gov.br/>> Acesso em: 19 de novembro de 2013.

FACEBOOK. Página oficial da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.facebook.com/camaradeputados>>. Acesso em: 17 de novembro de 2013.

FOUCAULT, Michel. A “governamentalidade”. In: Motta, Manuel Barros (Org.). Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos: vol 4. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p 281-305.

HARVEY, David. Os espaços da utopia. Espaços de esperança. São Caetano do Sul: Difusão, 2008. p. 259-334



HOBBSAWM, Eric. Globalização, democracia e terrorismo. Editora Schwarcz, 2011, p.97- 115.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Países@: Indicadores demográficos, sociais e econômicos dos países reconhecidos pela ONU. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>>. Acesso em: 14 de novembro de 2013.

KELLNER, Douglas. A Cultura da Mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e pós-moderno. São Paulo: EDUSC, 2001. p. 428

LEVY, Pierre. Ciberdemocracia. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. p. 123-124.

NERI, Marcelo (coord.). Mapa da Inclusão Digital. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. Disponível em: < http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID_sumario.pdf>. Acesso em: 14 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/COORDENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR. Relatório de Participação Popular (janeiro a junho de 2013). Brasília: Câmara dos Deputados. Brasília, 2013.